



10 DE AGOSTO DE 2016

Quarta-feira

- INFORMATIVO DE WASHINGTON : NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DA CNI
- DESBUROCRATIZAÇÃO É PRIORIDADE PARA SETOR PRODUTIVO
- VOLKSWAGEN RESCINDE CONTRATO COM FORNECEDOR E ANTECIPA FÉRIAS COLETIVAS
- EDITORIAL: UM NOVO DEBATE SOBRE LOGÍSTICA
- PARA ESCAPAR DA CRISE NO BRASIL, FURUKAWA APOSTA NA EXPORTAÇÃO
- EFEITO DA QUEDA DO DÓLAR NAS EXPORTAÇÕES VIRÁ EM 2017
- ARTIGO: CRESCIMENTO QUE NOS ESPERA DIFICILMENTE SERÁ VIGOROSO
- "COMBATER A BUROCRACIA É UMA PRIORIDADE", DIZ MINISTRO DA INDÚSTRIA
- EM DOIS ANOS, INDÚSTRIA NAVAL CORTA 38 MIL EMPREGADOS
- CORTE DE VAGAS VIROU ROTINA DO ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL
- ARTIGO: O DESEQUILÍBRIO VEM DA MÁ GESTÃO
- INSS DEFINE AS REGRAS PARA A CHECAGEM DOS AUXÍLIOS PAGOS HÁ MAIS DE DOIS ANOS
- PRODUÇÃO DE MOTOS CAI 26,6% EM JULHO ANTE MESMO MÊS DE 2015, REVELA ABRACICLO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE EM 9 DOS 14 LOCAIS PESQUISADOS EM JUNHO, DIZ IBGE
- ZF INVESTE EM OUTRAS EMPRESAS PARA AMPLIAR PORTFÓLIO
- IVECO SAI NA FRENTE COM VAN ACESSÍVEL DAILY ELEVITTÁ
- VOLVO AMPLIA PRESENÇA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL
- ROLF LUTZ, DA ZF, DEIXARÁ O GRUPO PARA SE APOSENTAR
- LUCRO DA MARCOPOLO NO 1º SEMESTRE CAI 27%
- A ROSCA PERFEITA TECNOLOGIA DE UMA USINAGEM INTELIGENTE
- CONFIANÇA MENOR AFETOU VENDAS DE MÁQUINAS, DIZ ABAG
- DASSAULT SYSTEMES LANÇA SOLUÇÕES URBANAS SUSTENTÁVEIS
- BLOCO K EXIGE MAIS ATENÇÃO A PARTIR DE JANEIRO DE 2017
- CINCO EM CADA 10 PROFISSIONAIS OPTARIAM POR SER EMPREENDEDOR

- MAIS MUNICÍPIOS ESTÃO COMPRANDO DOS PEQUENOS
- ARTIGO: AD GUSTUM
- IMPASSE APROXIMA ODEBRECHT ÓLEO E GÁS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- ANEEL SUSPENDE ATÉ FIM DE SETEMBRO COBRANÇA BILIONÁRIA DA ELETROBRAS
- VETO A INCENTIVO TRAVA NOVAS OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL
- 229 MIL PEDIDOS DE PATENTE AGUARDAM ANÁLISE NO INPI
- PERITOS DO INSS TÊM 15 DIAS PARA ADERIR A PROGRAMA DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS
- INADIMPLÊNCIA DO BRASILEIRO SEGUE AINDA SEM RUMO
- SECEX ABRE REVISÃO ANTICIRCUNVENÇÃO CONTRA CHAPAS GROSSAS DE AÇO CARBONO DA CHINA
- INFLAÇÃO DE JULHO SOBE 0,52% EM JUNHO. NOS ÚLTIMOS 12 MESES CHEGA A 8,74%
- USIMINAS VISA GERAÇÃO DE CAIXA DE AO MENOS R\$1,2 BI EM 2017 PARA BANCAR DÍVIDA E INVESTIMENTOS
- GERDAU TEM QUEDA DE 30,6% NO LUCRO DO 2º TRIMESTRE
- BRIDGESTONE INVESTIRÁ ATÉ R\$ 500 MILHÕES NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS
- RIO TINTO E BHP ATACAM PROPOSTA PARA NOVA TAXA DE MINERAÇÃO NA AUSTRÁLIA
- TAXA MÉDIA DO CHEQUE ESPECIAL SOBE PARA 13,52% AO MÊS, DIZ PROCON-SP
- COBRE OPERA EM ALTA, FAVORECIDO POR DÓLAR FRACO

CÂMBIO		
EM 10/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,129	3,130
Euro	3,495	3,496

Fonte: BACEN

Informativo de Washington : Negociações Internacionais da CNI

10/08/2016 – Fonte: CNI

A edição de julho de 2016 do **Informativo de Washington** tem o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos e a agenda em destaque do governo dos Estados Unidos.

Destaques desta edição:

- **Em Ministerial do G-20, EUA destacam avanço sobre as negociações de bens ambientais**
- **Eleições e Brexit reduzem as chances de ratificação da TPP na era Obama**
- **Ordem executiva determina requisitos para atuação do governo dos EUA sobre manipulação cambial**
- **Brasil e Estados Unidos reabrem o comércio bilateral de carne in natura**

Desburocratização é prioridade para setor produtivo

10/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



"Reduzindo os custos, dando segurança jurídica e previsibilidade ao empresário, ele vai responder", diz o ministro Marcos Pereira/ Fotos: Gelson Bampi

Rever, reformar e desburocratizar. Tais verbos foram os mais empregados na fala do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, durante o Fórum Visões – grandes líderes olham o Brasil, realizado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba.

No evento, ele detalhou os caminhos que a pasta está trilhando para a "missão" de reverter o retrocesso em crescimento e produtividade registrado pela indústria nos últimos seis anos, que voltou aos patamares de 2006, sobretudo, pela falta de ambiente favorável aos negócios.

"Nesses últimos seis anos, tanto na comparação com os países menos competitivos, quanto com os mais competitivos a indústria brasileira se tornou menos produtiva e o que estamos fazendo nesses quase três meses de ministério é implementar um ritmo de trabalho baseado em pragmatismo, serenidade e produtividade entre os secretários a fim de recuperar essa década. Nisso, retomar a agenda da indústria é o caminho para o crescimento do País, bem como alterar esse quadro de quase 12 milhões de desempregados", argumentou.

Dentro da visão do ministro, a agenda inclui as reformas trabalhista, tributária, previdenciária e política, revisões de normas regulamentadoras e resoluções, que independem do Congresso Nacional, e a desburocratização, que impacta diretamente em custos e produtividade das empresas.

Sobre as reformas, Pereira reafirmou que terá dificuldades em continuar na pasta caso elas não entrem em votação no Congresso Nacional até o primeiro semestre de 2017.

“Não estou insatisfeito no governo e vejo vontade de avanços, que devem desenrolar após o calendário político, pois tanto o impeachment, quanto as eleições interferem na evolução disso no Congresso.

Mas as normas e resoluções podem ser revisadas, pois independem do legislativo. Não discurso no vazio e terei dificuldades de continuar como ministro em 2017 se não evoluirmos nessas frentes”, explicou.

NR-12

No que diz respeito à revisão de resoluções e normas, o ministro reafirmou seu posicionamento contrário à Norma Regulamentadora 12, que dispõe sobre regras para a segurança do trabalho de operadores de máquinas. “Não vou recuar na NR-12, pois é uma anomalia que existe no Brasil”, declarou.

A NR-12 é apontada por uma parte do setor produtivo como responsável por elevar os custos, especialmente da indústria, por conta da adequação, principalmente, em máquinas antigas. “Não quero acabar com a segurança dos trabalhadores, nem os empresários querem isso. Não estou comprando briga com o meu colega ministro do Trabalho (Ronaldo Nogueira), estamos de fato dialogando sobre temas infralegais, portarias e normas regulamentadoras ultrapassadas e que precisam ser revisadas”, alegou.

“Do mesmo modo que a reforma trabalhista precisa ser feita para abarcar questões como a terceirização, o trabalho intermitente e segurança jurídica da relação patrões e empregados, em que prevalece o que foi acordado sobre o legislado.”

Sem entrar no mérito sobre a contrapartida do investidor nacional nessa melhora do ambiente interno de negócios, Pereira lançou mão do otimismo para avaliar a reação dos empresários. “Reduzindo os custos, dando segurança jurídica e previsibilidade ao empresário, ele vai responder”, afirmou.

Alinhado à visão do ministro, o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, reforçou a importância de que essa transformação venha em breve. “É preciso que urgentemente o País retire as travas do seu desenvolvimento. O tempo é curto, mas passado o impeachment, creio que com empenho de todos os entes envolvidos é possível provocar as mudanças há anos pedidas pelos empresários e retomar o crescimento”, reforçou Campagnolo.

Volkswagen rescinde contrato com fornecedor e antecipa férias coletivas

10/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Volkswagen do Brasil vai antecipar para agosto as férias coletivas de seus funcionários para adequar a linha de produção das fábricas de veículos de São Bernardo do Campo e Taubaté, em São Paulo, e em São José dos Pinhais, no Paraná. A licença estava marcada para outubro.

Segundo a montadora, os 11 mil funcionários das unidades entram em férias no dia 15 de agosto e devem ficar em casa de três a quatro semanas.

As fábricas sofriam com o desabastecimento de peças por parte do Grupo Prevent, dono de dezenas de empresas, entre elas Keiper, Fameq, Cavelagni e Mardel. Segundo

a Volkswagen, as unidades ficaram 120 dias paradas neste ano e mais de 100 mil veículos que deixaram de ser produzidos.

Em função do desabastecimento, a Volks informou que rescindiu o contrato com todas as empresas do Grupo Prevent. A montadora também entrou na Justiça para requerer a retomada dos ferramentais de sua propriedade que se encontram nas unidades do grupo.

"A retomada das ferramentas de sua propriedade permitirá que a Volkswagen restabeleça o seu ritmo normal de produção, possibilitando o funcionamento normal de toda a cadeia produtiva e a tranquilidade de seus empregados e da rede de concessionários. É uma medida que causa pesados custos à empresa. A transferência do ferramental, sua instalação, sua validação e a curva de aceleração até que a empresa opere normalmente, resultarão temporariamente em perdas de produção", diz o comunicado.

Segundo a montadora, medidas estão sendo tomadas para minimizar os impactos de fornecimento aos concessionários da marca e à oferta de produtos aos seus clientes. "Toda a cadeia de fornecimento, composta por centenas de empresas, e os 18 mil empregados da Volkswagen do Brasil estão focados agora no retorno da empresa à sua normal operação."

Editorial: Um novo debate sobre logística

10/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Apresentado há um ano pelo governo federal, o Programa de Investimentos em Logística (PIL) não andou no Paraná. O plano de melhoria em infraestrutura prometia mais de R\$ 10 bilhões em investimentos, que começariam ainda no ano passado com uma primeira concessão rodoviária.

A crise política e o afastamento da presidente Dilma Rousseff atrasaram o andamento do programa que, até agora, trouxe apenas a renovação do contrato de concessão de um terminal no Porto de Paranaguá.

A lentidão do andamento do programa traz prejuízos ao estado, que já contava em ter neste momento uma nova estrada concedida – a Rodovia do Frango, uma ligação entre o Paraná e Santa Catarina –, a renegociação dos contratos de pedágios federais para a inclusão da duplicação de rodovias, e o leilão de novas áreas para a instalação de terminais no Porto de Paranaguá.

O atraso na condução dos projetos previstos no PIL é um problema grave diante da necessidade de melhoria da infraestrutura do estado, mas tem um lado positivo. Ao rever o programa, o governo interino deve propor melhorias nos modelos de participação privada para que os investimentos não esbarrem na falta de viabilidade econômico-financeira.

A sinalização de que a Infraero não estará nos consórcios que concorrerão pelas próximas concessões de aeroportos é uma demonstração de como essa revisão pode ser positiva – a estatal é deficitária e não teria como aportar recursos nos terminais que vão a leilão até o fim do ano.

O atraso na condução dos projetos previstos no PIL é um problema grave diante da necessidade de melhoria da infraestrutura do estado, mas tem um lado positivo. Ao rever o programa, o governo interino deve propor melhorias nos modelos de participação privada.

Essa ampla revisão também abre uma oportunidade para que o Paraná volte a conversar com o governo federal sobre os investimentos no setor ferroviário. O PIL

anunciado por Dilma no ano passado deixou de fora o projeto para a construção de uma nova ferrovia ligando o Porto de Paranaguá ao Oeste do estado, com um ramal até Maracaju (MS). Essa é a principal prioridade defendida pelo setor produtivo paranaense.

O argumento das entidades é convincente. O Paraná tem hoje um grande gargalo ferroviário: falta uma conexão economicamente viável entre o porto e o Oeste, região que é um importante polo econômico e, além disso, poderia se tornar um ponto de conexão com o Mato Grosso do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Paraguai.

Sua solução traria um segundo ganho para o estado, com a criação de uma rota alternativa entre Curitiba e Paranaguá, hoje feita em uma ferrovia com mais de 130 anos, com curvas acentuadas e sem possibilidade de remodelação.

A nova ferrovia poderia elevar também a produtividade da ligação entre Curitiba e o Norte do estado, que hoje concentra a maior parte do tráfego de cargas do estado, e que poderá receber investimentos em uma negociação entre o governo e a concessionária do trecho.

O primeiro ato do presidente interino Michel Temer após o afastamento de Dilma Rousseff foi assinar uma medida provisória criando o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) para executar os projetos prioritários em infraestrutura.

Sua intenção foi aperfeiçoar o arcabouço legal para os investimentos em logística e é a partir disso que as concessões serão realizadas. Cabe à sociedade organizada paranaense estudar o novo modelo e convencer agentes públicos e privados de que vale a pena analisar em detalhes o projeto da nova ferrovia. Isso sem deixar de cobrar a evolução das propostas já em andamento nos segmentos rodoviário e portuário.

Para escapar da crise no Brasil, Furukawa aposta na exportação

10/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Com o mercado brasileiro encolhendo cerca de 30%, a fabricante de cabos ópticos Furukawa conta com as exportações para seguir crescendo. As vendas ao exterior, que garantiram o avanço do faturamento e do lucro em 2015, seguem salvando o balanço neste ano.

A divisão latino-americana da companhia, comandada a partir da fábrica instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), teve receita líquida de R\$ 708 milhões no ano fiscal encerrado em 31 de março, 11% mais que em igual período anterior – com sede no Japão, a empresa segue o calendário corporativo da matriz. No mesmo intervalo, o lucro líquido saltou 22%, para R\$ 76 milhões.

“Em 2014, a exportação era responsável por 18% das vendas. Em 2015, representou em torno de 30%. Esperamos que neste ano ela avance um pouco mais, para 34% ou 35%”, diz Foad Shaikhzadeh, diretor-presidente da Furukawa Industrial S. A., holding que concentra os negócios da América Latina.

O executivo atribui o bom desempenho lá fora a um plano de crescimento desenhado há alguns anos. A empresa tem fábrica na Argentina desde 2008 e, em 2014, passou

a produzir também na Colômbia, para atender à porção norte da América do Sul e parte da América Central. Um ano atrás, abriu um escritório comercial no México.

As fábricas da Argentina e Colômbia produzem o "feijão com arroz", ou seja, cabos ópticos. Nesses dois países e nos demais mercados da América Latina, o fornecimento dos acessórios e equipamentos necessários para a instalação e operação de uma rede de fibra óptica fica a cargo da unidade de Curitiba, que também produz cabos ópticos e metálicos.

Câmbio

Ao planejar o ano fiscal de 2016, tendo em vista um dólar próximo a R\$ 4, a diretoria da Furukawa projetou uma alta de mais de 10% nas receitas.

Hoje, com o dólar abaixo de R\$ 3,20, já não espera tanto. A previsão atual é de algo entre 5% e 6%, pouco abaixo da inflação esperada pelo mercado, de 7,2%. Ainda assim, um resultado para se comemorar.

"É um ambiente difícil. Na média de quatro anos, temos o pior PIB desde a proclamação da República. Se o Brasil voltasse a ser aquele de cinco ou seis anos atrás, nosso crescimento seria facilmente de 20%", diz o diretor-presidente.

"Existe uma demanda reprimida gigante no setor. A telecomunicação virou item de consumo, e isso significa uma demanda cada vez maior por banda [de dados] e, portanto, por fibra óptica. Porque, fora a comunicação entre o celular e a antena, tudo o mais depende de fibra."

Clientes

Um dos trunfos da Furukawa, segundo Shaikhzadeh, é a diversificação dos clientes, dentro e fora do país: "Gostamos de ter clientes gigantes, desde que nenhum represente mais de 10% das nossas vendas. Senão, o que acontecer com ele pode nos afetar muito".

Nesse sentido, diz, a companhia tem à frente um "bom desafio". Ao comprar a GVT, a Vivo passou a representar 13% do faturamento da Furukawa. "Temos que continuar vendendo bem para ela, mas também precisamos desenvolver outros clientes", admite.

"Seria pior sem a Olimpíada", afirma executivo da empresa

A Furukawa divide seus negócios em três blocos.

O primeiro é o das vendas para operadoras de telecomunicações, no qual ela detém 35% do mercado brasileiro. O segundo, chamado internamente de "enterprise", reúne as vendas de cabos e acessórios para redes locais de computadores, segmento em que a empresa é líder, com participação de 50%. O terceiro é o das exportações, o único que está crescendo.

O resultado do bloco das operadoras, que já não vinha bem, deve se agravar em razão do pedido de recuperação judicial da Oi, uma das gigantes do setor.

O desempenho do segundo bloco, espécie de "varejo" da Furukawa, não é melhor.

"O que aliviou um pouco foi a Olimpíada", revela o diretor-presidente da companhia, Foad Shaikhzadeh.

Segundo ele, a empresa foi responsável pela construção da infraestrutura de transmissão de dados em várias instalações dos Jogos Olímpicos, entre elas o parque aquático e o centro de mídia, bem como do aeroporto do Galeão.

"A infraestrutura que suporta os sistemas de reconhecimento facial instalados em vários aeroportos do país também é nossa", conta.

Empregos mantidos

Os bons números da Furukawa – que lhe renderam o título de campeã do setor de eletrônicos no anuário *Melhores e Maiores 2016*, da revista *Exame* – também estão ligados à parceria com os funcionários, diz o diretor-presidente, Foad Shaikhzadeh.

Os trabalhadores aceitaram uma redução de cerca de 20% na participação nos lucros e resultados (PLR), o que, segundo o executivo, está permitindo à empresa atravessar a crise sem demissões em massa. A companhia emprega 1,2 mil pessoas na América Latina, das quais 800 em Curitiba.

Efeito da queda do dólar nas exportações virá em 2017

10/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo



O efeito da queda do dólar sobre as exportações brasileiras será sentido apenas em 2017, na avaliação de José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil. Como os contratos dos exportadores são, em geral, fechados com pelo menos seis meses de antecedência, o impacto para este ano será marginal, diz.

— Quem já fechou contrato já fechou e vai ter prejuízo. Mas muitos que ainda estavam pensando em fechar não vão fechar mais. Havia uma expectativa de que o dólar caísse este ano, mas não que caísse tão rápido — afirma Castro.

O maior impacto será sobre os manufaturados, segmento em que o Brasil é menos competitivo e, por isso, tem no dólar alto um aliado. Mantido o patamar do dólar a R\$ 3, a tendência é que as empresas do ramo voltem sua produção para o mercado interno. As empresas exportadoras de commodities, por outro lado, devem manter as exportações, mesmo com o dólar a R\$ 3, na avaliação de Castro.

— Com o preço atual das commodities, as empresas que atuam nessa área (como minério de ferro, soja e açúcar) continuam a ser competitivas. A variação cambial vai influenciar apenas a rentabilidade das companhias. No caso dos manufaturados, o câmbio inibe a exportação, pois somos menos competitivos — afirma Castro, para quem o patamar ideal do dólar é R\$ 3,70.

A queda da moeda americana já vem tirando o fôlego dos exportadores ou de quem desejava estreitar nesse mercado. Segundo dados da AEB, em janeiro, quando o dólar estava a R\$ 4, o número de empresas exportadoras superava em 507 o registrado em igual mês de 2015. No mês seguinte, foram 525 mais empresas na lista de exportadores na comparação com fevereiro do ano passado.

A partir de março, o ritmo de crescimento de empresas na lista de exportadores desacelera. Foram 300 naquele mês, até chegar a 40 em julho. Ainda assim, Castro avalia que o ano de 2016 será melhor que o de 2015 para as exportações brasileiras. Nos primeiros sete meses deste ano, o número de exportadores soma 18.543, 11,5% mais que em igual período de 2015. Ao longo de todo ano passado, 20.322 venderam para fora do Brasil.

O movimento das importadoras vai na contramão. Em janeiro, 3.508 empresas deixaram de importar, na comparação com janeiro de 2015. Em julho, com o dólar

mais alto, o número de importadoras era 114 menor que o registrado em igual mês do ano passado.

Artigo: Crescimento que nos espera dificilmente será vigoroso

10/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Observamos os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica. Depois de oito trimestres consecutivos de contração, a produção industrial finalmente deu sinal de vida, ao crescer 1,2% no segundo trimestre do ano na comparação com o primeiro, já descontando os movimentos sazonais do período.

Vale comemorar, pois, entre os praticamente 22 trimestres em que o país esteve sob o governo de Dilma Rousseff, houve crescimento da indústria em apenas 7, já contando a observação mais recente, um recorde negativo de pelo menos 25 anos. Ainda assim, mesmo com a modesta recuperação, a produção se encontra 18% abaixo de seu pico, no começo de 2011.

Antes, porém, que comece a choradeira da "crise global", noto que no mesmo período, segundo os dados do Birô de Análise de Política Econômica (CPB) na Holanda, a produção industrial mundial não caiu em nenhum trimestre.

Ao contrário, registra nada menos do que 29 trimestres de expansão contínua desde o começo de 2009, a mais longa (embora não a mais rápida) da série iniciada em 1991.

Resta, contudo, saber se essa módica retomada é prenúncio de recuperação à frente ou apenas um rebote natural depois de período tão longo de queda. Hoje me inclino para a primeira alternativa, observando, entretanto, que o crescimento que nos espera no futuro próximo dificilmente será vigoroso.

A começar porque o consumo, principal componente da demanda interna, permanece anestesiado. As vendas no varejo caem a um ritmo menor, mas não tornaram a crescer, nem poderiam, diante da queda da renda e do emprego, que se somam a um endividamento familiar ainda elevado para nossos padrões.

Da mesma forma, em que pese alguma melhora na produção de máquinas e equipamentos, a construção civil também segue em queda. Essa combinação indica que a retomada industrial dificilmente pode ser atribuída ao investimento, já que a construção é o seu principal componente.

Resta, portanto, o setor externo como motor da expansão industrial. Em parte como resposta ao aumento das exportações de produtos manufaturados (em quantidade), mas principalmente em razão da recuperação de parcela do mercado que havia sido perdida para as importações.

No entanto, a história mostra que o setor externo pode atenuar o impulso negativo da demanda interna e, ocasionalmente, produzir algum crescimento. Não consegue, porém, sustentar a indústria nacional por períodos muito longos, muito menos a um ritmo vigoroso.

A razão é simples: mesmo considerando que a indústria é bem mais exposta ao comércio exterior do que a economia como um todo, o peso do comércio é pequeno ante a produção, insuficiente para impulsioná-la de forma persistente e rápida.

Posto de outra forma, é bem possível que o PIB volte a crescer na segunda metade do ano, seguindo de forma defasada a produção industrial.

Todavia, na contramão das experiências de saída das últimas recessões (em 2000, 2004 e 2010), é pouco provável que a expansão seja forte o suficiente para recuperar rapidamente o terreno perdido de 2014 para cá.

Essa é a herança dos defensores da Nova Matriz Econômica, que agora buscam se refugiar por trás de novos rótulos ("neodesenvolvimentismo", ou coisa que o valha). Lembrem-se dela quando esbarrarem nas propostas desse pessoal.

(Alexandre Schwartzman - Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.)

"Combater a burocracia é uma prioridade", diz ministro da Indústria

10/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, esteve em Curitiba para encontro que reuniu empresários e autoridades do Paraná.

Empresários e autoridades paranaenses se reuniram nesta terça-feira (09) em Curitiba para receber o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. O encontro foi promovido pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) para debater tópicos pertinentes ao crescimento econômico nacional, como projetos de desenvolvimento, desburocratização industrial e os efeitos do impeachment sobre a política externa brasileira.

Ao elencar as diretrizes de trabalho de sua pasta, Pereira apresentou programas como o Brasil Mais Produtivo, que se propõe a aumentar em 20% a produtividade das empresas beneficiadas, e o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro.

O ministro também reforçou que, entre suas prioridades, estão várias ações focadas no combate à burocracia. Segundo ele, o problema é um dos principais entraves do setor produtivo e eleva consideravelmente o custo Brasil, trazendo perdas ao país.

No âmbito das relações exteriores, o ministro explicou que o impeachment da presidente Dilma Rousseff gerou um clima de incerteza entre os parceiros internacionais, mas que isso está sendo analisado. Pereira também disse que pretende potencializar a participação do Brasil em fóruns econômicos pelo mundo com a finalidade de reforçar a visibilidade do país.

Além disso, ressaltou que tem buscado facilitar negociações com México, União Européia, América Latina, países da Bacia do Pacífico e Estados Unidos.

O evento

A visita do ministro integra o "Fórum Visões – Grandes Líderes", evento organizado pela Fiep para discutir o desenvolvimento do Brasil. O primeiro encontro contou com a participação de empresários e autoridades, como o Presidente da Associação

Comercial do Paraná, Glaucio Geara, e o Diretor de Assuntos Governamentais e Institucionais do Grupo Volvo na América Latina, Alexandre Parken.

Segundo o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, a iniciativa visa trazer à tona questões importantes que possam fomentar o desenvolvimento do setor "Nosso intuito é provocar algumas mudanças para retomar o crescimento", disse.

Em dois anos, indústria naval corta 38 mil empregados

10/08/2016 – Fonte: Paraná Online

A crise da indústria naval brasileiro pode ser medida pelo número de funcionários que o setor deixou de empregar. Dados do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) mostram que a indústria foi reduzida quase à metade em menos de dois anos. Ao fim de 2014, eram mais de 82 mil empregados; o total caiu para 43 mil em junho.

O cenário traçado pelo sindicato mostra que a indústria naval está voltando a ser o que era nos idos de 2009, não só pelo número de funcionários, mas também pelo perfil dos equipamentos produzidos no País.

"Fornecimentos de sondas de perfuração construídas no Brasil não estão mais na pauta", diz relatório. Porém, existe um mercado perene nos segmentos de reparo, apoio portuário (rebocadores portuários e navios de abastecimento), balsas, embarcações de transporte de passageiros e comboios para transporte fluvial de grãos, minérios, fertilizantes e combustíveis.

A crise do setor foi causada não só pelos escândalos de corrupção esmiuçados pela Lava Jato, mas também por um cenário internacional desafiador. Os preços do petróleo caíram drasticamente e a demanda mundial arrefeceu.

Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a capacidade industrial dos estaleiros no mundo ficou ociosa. Em 2008, a capacidade estava tomada em 85%, caindo para 56% em 2014. Isso mostra que os estaleiros brasileiros que agora tentam se recuperar da derrocada da Sete Brasil terão forte concorrência para novos contratos.

Além disso, a Petrobras está cancelando encomendas. De acordo com o Sinaval, existem indícios de que a estatal pode cancelar os dois últimos cascos que estão sob o contrato do estaleiro Rio Grande. Além disso, a Transpetro cancelou a encomenda de 17 navios, afetando sobretudo o estaleiro EAS.

Em nota, a Petrobras informou que não há nenhum projeto de plataformas de produção de óleo previsto no seu Plano de Negócios e Gestão 2015-19 que tenha sido cancelado. Ela diz que foram renegociados contratos e adotadas medidas para a continuidade dos projetos. "A companhia informa que está em elaboração o seu novo plano de negócios, que será divulgado em breve."

Corte de vagas virou rotina do Estaleiro Atlântico Sul

10/08/2016 – Fonte: CIMM

Filas de desempregados no lugar que foi símbolo do desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, do Nordeste. O Complexo Industrial Portuário de Suape - onde se instalaram o Estaleiro Atlântico Sul, a Refinaria Abreu e Lima e o Polo Petroquímico e Têxtil - passou rapidamente dos números superlativos de um grande centro de desenvolvimento, para onde foram atraídos milhares de trabalhadores, aos dramáticos números de cortes de mão de obra.

Em 2015, o município de Ipojuca, onde o Complexo está inserido, foi o campeão do desemprego no Brasil, com o encerramento de 28 mil vagas em 12 meses, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse ano, a indústria naval representava 0,5% do Produto Interno Bruto do Estado.

Somente a Indústria de Transformação, segmento que engloba os estaleiros, fechou 6.825 vagas no período do levantamento. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), do fim de 2014 até fevereiro desse ano, o número de empregados no setor teve uma redução de mais de 50%. Mais de três mil vagas foram fechadas somente no EAS, desde 2014.

“Ipojuca era o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco, onde tinha proliferado um comércio e serviços fortes, mas as demissões nos estaleiros (EAS e Vard Promar) e no complexo de refino e petroquímica derrubaram a economia local”, analisa o presidente do Sindmetal-PE, Henrique Gomes.

“Muitos voltaram a atividades informais por causa dos quadros perdidos a partir da quebra de contratos dos estaleiros com a Transpetro e a crise da Refinaria Abreu e Lima, no centro das investigações da Operação Lava Jato. Foram chefes de famílias que ficaram sem suas rendas, desamparados, sem alojamentos, sem ter o que comer. Fui abordado inúmeras vezes por esses trabalhadores pedindo socorro e um emprego”, lamenta.

O agravamento do desemprego em Suape é resultado da combinação de três fatores, defende o economista e sócio-diretor da Ceplan- Consultoria Econômica, Jorge Jatobá. “Em primeiro lugar, parte dessa desmobilização já era prevista. Eu mesmo participei de reuniões onde foram tratadas diretrizes para amenizar os impactos econômicos com a conclusão das obras civis, que mobilizam milhares de trabalhadores”, relata.

O especialista cita ainda dois contextos: a crise da Petrobras e da economia brasileira. “Houve a culminância desses dois fatores com o momento de conclusão das obras civis, tornando o cenário mais dramático. Suape foi fortemente impactado pelas investigações da Lava Jato, com a Refinaria Abreu e Lima que ficou inconclusa e empresas cujas encomendas foram canceladas, a exemplo do Estaleiro Atlântico Sul e do Vard Promar”, analisa.

Artigo: O desequilíbrio vem da má gestão

10/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Brasil precisa de um sistema previdenciário com idade mínima? Não. Essa não é a prioridade no momento. Pode ser que mais tarde essa medida seja necessária. Agora, o que o governo precisa é apresentar, antes de iniciar qualquer discussão sobre alterações na Previdência Social, um orçamento transparente da seguridade social.

Pois todos os estudos que nós, trabalhadores, temos mostram que a Seguridade Social no Brasil apresenta resultados positivos desde 2007, tendo acumulado até 2015 um saldo de R\$ 439,503 bilhões.

Estes números seriam ainda maiores, é bom que se diga, se fossem consideradas as desonerações e renúncias fiscais que, no mesmo período, chegaram a R\$ 735,920 bilhões.

E já que estamos fazendo contas, vamos acrescentar mais um número aqui. A Receita Federal projeta, para este ano, R\$ 143,182 bilhões em desonerações do orçamento da Seguridade Social. É dinheiro que não entrará nos cofres da Previdência Social. Vai ser usado para tapar buracos de outras contas do governo. Então, dinheiro tem, não é mesmo?

A Previdência tem dinheiro a receber na praça e não cobra. E não é pouco! São R\$ 236 bilhões em dívidas de grandes empresas que vão sendo roladas ano após ano.

Se há um desequilíbrio financeiro no governo, como vemos nesse período citado acima, seguramente ele não pode ser atribuído ao sistema previdenciário.

A Constituição de 1988 deixa claro que as receitas e despesas da Seguridade Social devem constituir um orçamento próprio, separado, portanto, do Orçamento Fiscal do Governo. E não é o que vem acontecendo. Daí as afirmações de que a Previdência é deficitária.

Mas vamos fazer aqui uma concessão aos que defendem o governo e supor que há mesmo um déficit no sistema. Aí surge outro grande problema: que é a má gestão na arrecadação.

Em português bem claro: a Previdência tem dinheiro a receber na praça e não cobra. E não é pouco! São R\$ 236 bilhões em dívidas de grandes empresas que vão sendo roladas ano após ano.

Outro grande ralo é falta de fiscalização para aperfeiçoar a gestão. Só com o aumento do número de fiscais, por exemplo, cerca de R\$ 23 bilhões anuais entrariam em caixa tranquilamente. E nem se fale da falta de controle dos bens da Previdência. Quantos imóveis, e outros tipos de propriedades, o setor tem pelo Brasil? Quantos estão abandonados? Quantos estão alugados?

Em São Paulo, por exemplo, tem um posto de gasolina cujo terreno pertence ao INSS e o aluguel custa R\$ 50 por mês. Não é um absurdo? Em valores de mercado, o aluguel deveria ser de R\$ 30 mil por mês. E o pior é que este caso não é exceção.

Como se vê, há muitos problemas a serem resolvidos antes de se falar em déficit da Previdência. De qualquer forma, estamos cientes de que a Seguridade Social merece ser revista.

Mas não com o argumento atual de déficit que, repetimos, não existe. O que deve ser discutido, no momento, são as desonerações fiscais e todos os problemas que vimos até agora.

Essa é a prioridade máxima, no nosso entendimento, ou seja, que os trabalhadores e empresários reivindiquem conjuntamente a criação de um Fundo de Regime Geral da Previdência Social e do Conselho de Gestão Fiscal. O primeiro discutirá a Previdência do futuro. O segundo, a política fiscal de todo o estado brasileiro. Essa é uma revolução que podemos fazer juntos.

Sabemos, claro, que as mudanças demográficas exigem um acompanhamento cuidadoso e permanente do Sistema de Seguridade Social, verificando seus impactos e analisando eventuais mudanças para garantir o acesso dos trabalhadores aos seus direitos no futuro. Mas, antes de estabelecermos uma idade mínima, há muito o que se fazer para melhorar o sistema previdenciário.

(Ricardo Patah é presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Paulo Rossi é presidente da UGT, Seção Paraná).

INSS define as regras para a checagem dos auxílios pagos há mais de dois anos

10/08/2016 – Fonte: R7



O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) divulgou nesta quarta-feira, dia 10, mais algumas regras do o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade, que vai investigar aposentadorias por invalidez e benefícios de auxílio-doença pagos há mais de dois anos e também aqueles concedidos por decisão judicial após negativa do instituto.

Na resolução número 544, que saiu na edição de hoje do "Diário Oficial" da União, o INSS definiu um prazo de 15 dias, contatos a partir de hoje, para que os 4.330 médicos peritos do INSS façam a adesão ao programa de reavaliação, popularmente chamado de "pente-fino".

Para cada perícia revisionária o médico vai ganhar um bônus de R\$ 60. Por dia, serão incluídas até quatro perícias na agenda normal de atendimento, o cadastro é feito pelo próprio médico logo na primeira hora de trabalho.

O INSS também liberou o trabalho aos sábados para a reavaliação dos segurados. Nesses dias, os médicos poderão agendar até 20 exames. No dia normal de trabalho, com jornada de seis horas, um perito do INSS faz 15 exames por dia.

Ou seja, se os mutirões forem feitos em turnos de seis horas e agenda completa, o tempo médio da cada perícia, em comparação com um dia normal de atendimento, vai cair de 24 minutos para 18 minutos. Logo, a reavaliação será feita em um exame 25% mais curto que o habitual.

De acordo com o INSS, a convocação dos primeiros segurados para fazer a reavalição deve começar em setembro. Nas contas do governo, existem 840 mil beneficiários de auxílios-doença e três milhões de aposentadoria por invalidez há mais de 2 anos na folha de pagamento do INSS.

Os primeiros convocados serão os cerca de 530 mil segurados que recebem o benefício por incapacidade concedidos por decisão judicial.

Essa convocação será por carta enviada para o endereço que está cadastrado no sistema do INSS. O segurado poderá confirmar a convocação, o local e a data pelo telefone 135, as ligações são gratuitas. A atualização do endereço, se for o caso, também pode ser feita pelo telefone.

Produção de motos cai 26,6% em julho ante mesmo mês de 2015, revela Abraciclo

10/08/2016 – Fonte: Paraná Online

A produção de motocicletas no Brasil alcançou 75.233 unidades em julho deste ano, queda de 26,6% em relação a igual mês do ano passado, informou nesta terça-feira, 9, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). Na comparação com junho, o recuo foi menos intenso, de 7,6%.

No varejo, as vendas somaram 74.417 unidades em julho, recuo de 30,9% ante igual mês do ano passado, mas aumento de 1,5% sobre o volume comercializado em junho. No atacado, foram vendidas 71.760 motocicletas, retração de 23,4% na comparação com julho do ano passado e de 7,2% sobre o resultado de junho.

“O segmento ainda sofre com os impactos da crise político-econômica. Observamos com cautela o mercado. De qualquer forma, a tendência aponta para certa estabilidade nos próximos meses, considerando que, historicamente, trata-se de um período mais favorável para os negócios com motocicletas”, afirma Marcos Fermanian, presidente da associação.

As vendas externas, por sua vez, apresentam retração de 50,4% em julho ante junho, com 3.798 unidades embarcadas. Em comparação com mesmo mês de 2015, a queda foi de 55,7%.

Produção industrial cresce em 9 dos 14 locais pesquisados em junho, diz IBGE

10/08/2016 – Fonte: R7

A indústria registrou alta na produção em nove dos 14 locais pesquisados na passagem de maio para junho, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados nesta quarta-feira, 10, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na mesma base de comparação, a produção industrial em São Paulo avançou 1,5%. Os avanços mais intensos na margem ocorreram no Rio de Janeiro (5,7%), Santa Catarina (5,4%), Pará (4,9%), Rio Grande do Sul (4,6%) e Paraná (3,5%). Ceará (2,0%), Goiás (1,4%) e Pernambuco (1,2%) completaram o conjunto de locais com índices positivos na passagem de maio para junho. No total nacional, a produção industrial avançou 1,1% em junho sobre maio.

Na comparação com junho de 2015, a produção em São Paulo recuou 3,1%. Nessa ótica de comparação, houve queda em 11 dos 15 locais pesquisados.

Na média, a produção industrial recuou 6,0% em junho ante igual mês de 2015, como revelou o IBGE na semana passada.

ZF investe em outras empresas para ampliar portfólio

10/08/2016 – Fonte: Automotive Business

A fome da ZF por comprar outras empresas e ampliar seu portfólio de soluções para o setor automotivo parece não ter chegado ao fim. Depois de comprar a TWR, há um ano (leia [aqui](#)), a empresa segue no esforço de melhorar seus pontos fracos e preencher lacunas na gama de produtos.

Desde o começo de agosto a sistemista fez duas movimentações importantes: uma oferta pela sueca Haldex, fornecedora de produtos de frenagem e sistemas de

suspensão a ar para veículos comerciais, e a aquisição de 40% de participação na Ibeo Automotive Systems, fabricante da tecnologia Lidar e de outros software de reconhecimento de ambiente.

As soluções da companhia, fundada em 1998, têm aplicação em sistemas de assistência à direção e são essenciais para o desenvolvimento do carro autônomo. A tecnologia Lidar, acrônimo de detecção de luz variante, calcula distâncias com base em pulsos de luz. O plano da ZF é unir forças no desenvolvimento de uma nova geração da tecnologia, capaz de reproduzir imagem tridimensional do ambiente, mas sem os espelhos rotativos que integram os sistemas atuais, o que tornará a solução mais compacta.

O outro negócio anunciado recentemente pela ZF, com a Haldex, foi feito por meio de oferta pública no valor total de 4,4 bilhões de coroas suecas, algo em torno de US\$ 500 milhões. A companhia alemã propôs a compra de 100% das ações por 100 coroas cada uma. O negócio foi aprovado por unanimidade pelo conselho de administração da empresa.

Com a fusão, aumenta a oferta de soluções para veículos comerciais da ZF, que aponta o negócio como uma ferramenta para alcançar sua meta tecnológica para os próximos anos. A sistemista enfatiza ainda que a atuação conjunta ajudará a transferir as tecnologias de eficiência de consumo de combustível, direção autônoma e segurança conhecidas em carros de passeio para veículos comerciais.

Iveco sai na frente com van acessível Daily Elevittá

10/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Cadeira retrátil da Daily Elevittá é solução eficiente para atender legislação sem perda de lugares

A Iveco larga na frente da concorrência para atender de forma mais eficiente a legislação que assegura o acesso em vans passageiros com mobilidade reduzida, que deve entrar em vigor a partir de 2017.

A fabricante de veículos comerciais do grupo CNH Industrial apresentou a Daily Elevittá, um protótipo do modelo Minibus 50C17 para 18 pessoas mais motorista equipado com uma cadeira fixada a um braço mecânico retrátil, desenvolvido nos últimos 12 meses em conjunto com a Elevittá, do Rio Grande do Sul.

Com a solução inovadora, cadeirantes, obesos, idosos e outras pessoas com limitação de movimentação são “buscados” do lado de fora pelo assento e assim embarcam ou desembarcam com bastante segurança e facilidade, em cerca de 30 segundos e com o cinto de três pontas afivelado.

A cadeira especial, com capacidade para até 250 kg, será instalada na van na própria linha de montagem da Iveco em Sete Lagoas (MG) e apresenta algumas grandes vantagens: maior conforto para o passageiro com alguma debilidade física, permite que ele viaje ao lado dos demais passageiros, custo menor em relação a outros tipos de adaptações, garantia de fábrica para o equipamento e nenhuma perda de lugares em relação ao veículo convencional.

Se for possível deslocar um ou dois dos passageiros especiais para o lado após o embarque, a Daily Elevittá pode levar até três pessoas com dificuldade de mobilidade na primeira fileira de assentos.

A configuração permanece exatamente igual à do modelo comum 18+1, portanto passageiros normais podem ocupar qualquer um dos bancos quando não houver nenhum deficiente a bordo.

“Saímos na frente da concorrência ao apresentar uma solução economicamente viável ao transportador para atender à nova legislação”, afirma Humberto Spinetti, diretor de negócios da Iveco Bus América Latina.

Ele se refere à evolução da regulamentação das leis de acessibilidade do transporte de passageiros no País, que a partir de julho de 2017 inclui a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de acesso para pessoas com mobilidade reduzida também em veículos da categoria M2 (vans ou miniônibus com mais de oito lugares, além do motorista, com Peso Bruto Total inferior ou igual a 5 toneladas), seja para transporte escolar, urbano ou fretamento.

PREÇO MENOR, EXPECTATIVA MAIOR

A maior parte das soluções adotadas até agora para adaptar vans ao transporte de passageiros com mobilidade reduzida, como rampas ou plataformas elevatórias laterais ou traseiras, apresentam problemas de segurança, reduzem o número de assentos e são caras.

“Algumas implementações não serão mais permitidas por lei e chegam a custar de 30% a 40% do valor total do veículo”, destaca Gustavo Serizawa, gerente de marketing de produto da Iveco Bus América Latina. Segundo ele, “ainda não há um preço definido para a Daily Elevittá, mas (o acréscimo) deverá ser menos da metade do que outras adaptações disponíveis atualmente, cerca de 20%, e com ganho de escala pode ficar ainda mais barato”, garante.

“Será a primeira van do Brasil e do mundo com esse tipo de acesso, que mantém todos os 18 lugares e ainda pode levar até três cadeirantes. Existem modificações que reduziriam essa configuração para seis assentos e dois lugares para cadeirantes”, compara Serizawa.

“A solução é tão melhor e mais viável que se custasse o mesmo preço de outras ainda seria vantajosa”, afirma Spinetti. Ele informa que a Daily Elevittá ainda passará por alguns ajustes e prevê que o modelo esteja à venda nas concessionárias Iveco em mais alguns meses. “Vamos começar a vender antes da legislação entrar em vigor e com isso esperamos ampliar nossa participação de mercado”, diz.

O executivo não esconde que a expectativa é alta. Como todas as vans desse porte terão obrigatoriamente de ser equipadas com mecanismos de acessibilidade a partir de julho do ano que vem, até 100% das Daily poderão ser vendidos com a cadeira retrátil, e a direção da Iveco Bus confia que vai oferecer a solução mais eficaz e barata do mercado. Pelo ineditismo e eficiência, é uma opção que também poderá ser adotada pela Iveco em outros países.

Nada impede que o assento especial desenvolvido com a Elevittá também seja introduzido em modelos menores da Daily Minibus, como a 15+1, mas o dispositivo não será oferecido para adaptação em veículos já em uso.

“Não é impossível, mas não é aconselhável, pois a Daily Elevittá recebeu reforços estruturais e foi projetada para abrigar o equipamento”, explica Serizawa. “Por enquanto vamos oferecer só a 18+1 com esta solução de acessibilidade, depois veremos outras possibilidades na linha de produtos”, acrescenta.

Volvo amplia presença na Região Norte do Brasil

10/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volvo amplia sua participação no Norte do Brasil com a nomeação da Tracbel para a representação e distribuição de seus caminhões e ônibus na região. A empresa, que já representa o grupo na área de máquinas de construção com a Volvo CE e no segmento de motores marítimos com a Volvo Penta, contará com operações de veículos comerciais nos estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. Com isso, a empresa torna-se o único grupo no País a vender todos os produtos disponíveis pela marca.

Com o novo negócio, a Tracbel assume parte da região que até então era atendida pela Apavel, empresa que decidiu concentrar suas operações na Região Nordeste, nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

“Uma rede forte, sólida e estrategicamente distribuída por todas as regiões é fundamental para aumentarmos nossos negócios no País”, declara Wilson Lirmann, presidente do Grupo Volvo na América Latina. “A Tracbel é um tradicional e importante parceiro da Volvo: sua entrada no segmento de caminhões e ônibus fortalece ainda mais a distribuição de veículos da marca no País”, complementa o diretor de desenvolvimento de concessionárias Volvo na América Latina, Adriano Merigli.

“Acreditamos bastante nesta região. Ela é uma área de grande relevância nas operações que já desenvolvemos hoje com a linha Volvo CE de equipamentos de construção e mineração. Enxergamos no Norte muitas oportunidades de sinergia entre os produtos, uma vez que existem vários clientes comuns, para quem poderemos oferecer soluções integradas de movimentação de materiais ao transporte”, informa CEO do Grupo Tracbel, Luiz Gustavo de Magalhães Pereira.

“Estamos muito contentes pela confiança da Volvo depositada em nosso Grupo. Já temos uma parceria de mais de 30 anos. Temos certeza que a operação nesta importante região brasileira dará muitos frutos para o nosso negócio e, principalmente, para os transportadores e nossos clientes”, acrescenta o executivo.

“Nesta nova configuração e com a grande experiência da Tracbel no ramo de equipamentos, haverá ganhos para os clientes de ambos os segmentos – equipamentos, caminhões e ônibus”, afirma o presidente da Volvo CE na América Latina, Afrânio Chueire.

A Tracbel também assume a representação exclusiva de motores marítimos de lazer no estado do Amazonas. A empresa já faz a distribuição de motores industriais e marítimos Volvo em dez estados brasileiros e no Distrito Federal desde 2014.

“Existe um grande potencial para motores marítimos de lazer, pois o Amazonas é uma região conhecida por sua riqueza fluvial e por uma variedade enorme de rios e locais próprios para esse tipo de atividade. Temos excelentes oportunidades de negócios nesta área”, resume o presidente da Volvo Penta na América do Sul, Gabriel Barsalini.

Rolf Lutz, da ZF, deixará o grupo para se aposentar

10/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Após 36 anos dedicados a ZF, Rolf Lutz anuncia que deixará o grupo para se aposentar. Atual membro do board, o executivo é responsável por qualidade corporativa, tecnologia para veículos comerciais e acumula a direção geral pela América do Sul. Por sua trajetória e contribuição, é considerado o embaixador da tecnologia para veículos comerciais.

Em seu lugar assumirá Wilhelm Rehm, também membro do board e responsável pela gestão corporativa de materiais e tecnologia industrial. A ZF indica que posteriormente a área de qualidade corporativa será liderada por Franz Kleiner, atual responsável pela divisão de tecnologia de segurança ativa e passiva.

Peter Lake, também membro do board e responsável pelo mercado corporativo, assumirá a responsabilidade como chairman da ZF para a América do Sul em substituição a Lutz.

“Por muitos anos, Rolf Lutz fez uma grande contribuição ao Grupo ZF como embaixador da tecnologia para veículos comerciais. Além disso, levou a qualidade de produto a um alto nível mundial. Com a transmissão modular para veículos comerciais TraXon, a ZF estabeleceu um novo padrão sob a sua liderança.

Além disso, Rolf Lutz estabeleceu e desenvolveu ferramentas efetivas, flexíveis em todo o grupo, que moldaram a atual rede produtiva global da empresa e seu crescimento estratégico”, declarou o CEO da ZF, Stefan Sommer.

“Eu acredito que o Grupo ZF está no caminho correto e preparado para atender aos desafios do futuro. A estratégia de 2025 estabelece a direção correta e faz com que a ZF seja uma empresa sustentável, dinâmica e bem-sucedida” disse Lutz. Ele aproveitará a International Motor Show (IAA) 2016, tradicional feira de veículos comerciais da Alemanha que será realizada em setembro para se despedir.

Lutz iniciou sua carreira na ZF em 1980, após concluir seus estudos em engenharia mecânica. Nascido na cidade alemã Tübingen, Lutz ocupou diferentes cargos nos departamentos de testes, vendas e aplicações técnicas, funções que o levaram ao Extremo Oriente.

Depois disso, trabalhou em na Geórgia (EUA) de 1999 a 2002, como vice-presidente do grupo, e em 2002, dedicou-se à divisão de tecnologia para veículos comerciais, inicialmente como diretor da divisão de tecnologia de driveline para caminhões em Friedrichshafen, em seu país de origem.

Em 2008, foi nomeado para o board do grupo e, desde 2011, acumula a função de responsável pela tecnologia para veículos comerciais.

Lucro da Marcopolo no 1º semestre cai 27%

10/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A retração de 41,9% nas vendas para o mercado interno impactou fortemente os negócios da Marcopolo. Como consequência, o lucro líquido da companhia no primeiro semestre foi de R\$ 52 milhões, valor 27% menor que o anotado no mesmo período de 2015.

Os ônibus rodoviários foram os mais afetados. Já os urbanos tiveram algum impulso por causa das Olimpíadas, da proximidade de eleições municipais, das licitações em andamento e de repasses de tarifas em algumas cidades.

A queda nos negócios internos foi atenuada pelas exportações, sobretudo no segundo trimestre, quando a fabricante de ônibus alcançou lucro líquido de R\$ 43,3 milhões e alta de 16,7% sobre os mesmos três meses do ano anterior.

De acordo com a Marcopolo, os resultados do segundo trimestre refletiram ações adotadas para aumento da eficiência, redução de custos e ampliação do portfólio de clientes.

O destaque é o projeto Conquest, que busca o aumento das exportações pelo fortalecimento da atuação nos mercados tradicionais da América Latina e também da cobertura de novos mercados e clientes no exterior.

O crescimento da receita das exportações permitiu à empresa revisar a meta interna de crescimento da receita em dólar de exportações de carrocerias, que passou de 30% para 50% em relação a 2015.

Além do projeto Conquest há outras ações para melhora operacional voltadas à diminuição dos tempos de ciclo de produção, aumento da eficiência e melhoria das unidades fabris, além da redução de despesas e custos indiretos.

As empresas controladas pela Marcopolo no exterior registraram queda de 8,6% nas receitas no primeiro semestre, quando foram produzidas 704 unidades, ante 1.201 no primeiro semestre de 2015.

A rosca perfeita tecnologia de uma usinagem inteligente

10/08/2016 – Fonte: CIMM



DECA **10** **THREAD**
SOLUÇÕES

A indústria metalúrgica global está constantemente à procura de maneiras de atualizar os seus processos de produção automatizados. Todas as competências da usinagem estão incluídos nessa busca para sempre obtermos um melhor desempenho, incluindo

a área de geração de roscas. Para ajudar os engenheiros a alcançar os ganhos de produtividades necessários e melhorias na qualidade, a [Iscar](#) oferece agora três métodos inovadores para operações de rosqueamento altamente produtivas, econômicas e precisas.

Produtos resultantes do departamento de P&D da empresa, as avançadas novas ferramentas de rosqueamento da Iscar fornecem aos usuários soluções altamente eficientes que aumentam a produção, elevam a qualidade e proporcionam benefícios substanciais de redução de custos.

O novo DECA IQ THREAD da ISCAR oferece o preço por aresta mais econômico, atualmente disponível. Como o nome do novo produto indica, os insertos de rosqueamento fixados tangencialmente possuem 10 arestas de corte, ou seja, um inserto redondo de 16 mm com 5 arestas bifacial, oferecendo um total de 10 arestas de corte.

Esta geometria recentemente desenvolvida oferece, de longe, o preço mais econômico por aresta quando comparado ao popular inserto 3 arestas. A ISCAR oferece tamanhos de perfis de rosca da seguinte forma:

- TTG-16E-ISO – ISO – Métrico
- TTG-16E-UN – UN – Rosca Unificada
- TTG-16E-A55 – Perfil parcial 55°
- TTG-16E-A60 – Perfil parcial 60°

A nova linha DECA-IQ-THREAD foi desenvolvida de acordo com um procedimento tecnológico avançado, proporcionando uma geometria muito precisa e exata repetibilidade de posição de aresta na fixação do inserto.

As novas pastilhas são feitas a partir da versátil classe IC908. Ensaio de campo intensivos e relatórios de testes indicam que os insertos também apresentam vida útil muito estendida em comparação com outros produtos semelhantes.



As ferramentas robustas onde se monta os novos avançados insertos oferecem canais de refrigeração interna que são projetados para proporcionar uma refrigeração eficaz seja standard ou de alta pressão.

Quatro indexações de aresta podem ser realizadas por apenas uma solda parcial do parafuso brilhante, o que resulta numa ação de indexação rápida e fácil, proporcionando uma operação muito eficiente e economia de tempo.

Quando a exigência é por operações de rosqueamento em parâmetros muito elevados, a nova e altamente produtiva linha PENTA IQ THREAD combina os benefícios de um sistema de fixação muito rígido e um design de inserto cinco arestas.

As novas pastilhas perfil completo estão disponíveis nos seguintes padrões de rosca: ISO, UN, Whitworth e BSPT. Insertos de perfil parcial estão disponíveis nos perfis 60° (MT) e 55° (WT) perfis.



A pastilha de cinco arestas, multi pontas, oferece um preço por aresta muito vantajoso. A pastilha de rosqueamento PENTACUT oferece uma combinação de um sistema de fixação muito rígido e um design forte. Estes inserts podem ser usados para rosqueamento entre paredes e próximo do contraponto, permitindo a produção completa da peça em máquinas com alimentador de barras.

Os exclusivos quebra-cavacos do PENTACUT produzem cavacos curtos de fácil evacuação e resultam em excelente precisão e qualidade de superfície da peça. Além disso, a capacidade de executar uma indexação fácil e rápida de ambos os lados do suporte permite que o PENTA possa ser trocado rapidamente em caso de quebra.

Também, os inserts podem ser girados sobre seu eixo para permitir a operação ser continuada com outra aresta de corte.



As novas pastilhas são produzidas a partir da muito versátil classe IC908 com cobertura PVD e podem ser montadas nas ferramentas PENTA 24 standard. Inserts CUT-GRIP TIP com uma superfície de saída plana (sem quebra-cavaco) são precisamente retificados para perfil de rosca 60° (MT).

Os inserts TIP foram projetados para eficiente usinagem de roscas em materiais de cavacos curtos, tais como latão e ferro fundido. A utilização de inserts com superfície de saída plana nestes materiais resulta na melhoria da qualidade da superfície e menos vibração, quando comparado com a utilização de inserts com quebra-cavacos.

Como resultado, as velocidades de corte podem ser aumentadas obtendo maior eficiência.



As pastilhas TIP estão disponíveis em perfis parciais, tais como:

MT - Rosca métrica 60°

WT - Rosca Whitworth 55°

Os inserts TIP de perfil completo incluem: Normas ISO, UN, BSW, NPT e BSPT.

As novas pastilhas TIP podem ser fixadas nos suportes ISCAR standard existentes.

A faixa de tolerância e repetibilidade da aresta de corte é $\pm 0,025$ milímetros.

Confiança menor afetou vendas de máquinas, diz Abag

10/08/2016 – Fonte: CIMM

A instabilidade política e econômica do Brasil é a principal causa da retração das vendas de máquinas agrícolas no país. A avaliação foi feita nesta segunda-feira (8) pelo vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Francisco Maturro.

Durante o Congresso Brasileiro do Agronegócio, em São Paulo (SP), Maturro afirmou que a incerteza levou o agricultor a retrainvestimentos na renovação de maquinário. No entanto, ele disse acreditar que o Brasil reencontrará estabilidade, com reflexos positivos para o setor de máquinas e equipamentos agrícolas.

“A indústria está sofrendo, mas está em vias de recuperação. É uma indústria sólida, equilibrada, que está fortalecida e máquina não fica velho só pelo uso, mas também pela evolução tecnológica”, disse Maturro. “A estabilidade está por vir e as vendas estão se recuperando”, acrescentou.

De acordo com dados divulgados neste mês pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que reúne as maiores montadoras do país, as vendas de máquinas agrícolas em julho somaram 4.017 unidades, um aumento de 1,3% em relação ao mesmo mês em 2015.

No entanto, quando se compara o acumulado dos primeiros sete meses do ano, a Anfavea registra uma queda de 26,2% em relação ao mesmo intervalo em 2015. De um ano para outro, as vendas foram de 28.651 para 21,073 unidades.

O presidente da John Deere no Brasil e vice-presidente da Abag, Paulo Hermann, reconheceu que a queda de vendas na indústria de máquinas agrícolas é “relativamente grande”. Ele usou como referência o desempenho de 2013, quando as vendas tiveram o melhor desempenho dos últimos anos.

“A gente está vindo do sótão. Então, há uma tendência de acomodação. Os agricultores, de certa maneira, estavam capitalizados, mas essa situação no país afetou a confiança deles”, avaliou o executivo da John Deere.

Dassault Systèmes lança Soluções Urbanas Sustentáveis

10/08/2016 – Fonte: CIMM

A Dassault Systèmes lança novos recursos para demonstrar como a plataforma 3D Experience pode ajudar a indústria, o governo e os cidadãos do mundo a imaginarem, desenvolverem e experimentarem novas soluções urbanas sustentáveis.

A mudança industrial vem acontecendo em muitos níveis com o surgimento de produtos inteligentes, impressão 3D e automação industrial. Essas principais tendências terão um impacto na economia e na sociedade mundial e convergem em cidades do futuro que irão trabalhar e conectar sistemas inteligentes.

Visto que quase 60% da população mundial já mora em centros urbanos, as inovações são essenciais para reconciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável.

Dentro do contexto do tema “Liveable & Sustainable Cities: Innovative Cities of Opportunity” (Cidades Habitáveis & Sustentáveis: Cidades de Oportunidade Inovadoras), da Conferência World Cities, que aconteceu no mês de julho em Singapura, a Dassault Systèmes permitiu que os visitantes experimentassem o futuro nos serviços sociais e energia na mobilidade, em segurança pública e particular, na

gestão das instalações, no planejamento ambiental em cidades sustentáveis. A 3D Experience City da Dassault Systèmes foi apresentada em três locais durante o evento, incluindo ambientes de realidade virtual em 3D com o HTC Vive, jogos, vídeos de demonstração e discussões que inspiraram uma compreensão de cunho provocador da economia urbana e das oportunidades sociais.

No pavilhão "Towards a Smart & Sustainable Singapore" (Em Direção a uma Singapura Inteligente & Sustentável), os visitantes puderam descobrir como a "Virtual Singapore" (Singapura Virtual) integra os dados de sensores e dos sistemas da cidade no ambiente colaborativo da 3D Experience City para virtualmente representar e gerenciar dados e processos do País.

A "Virtual Singapore" é mantida pela Fundação Nacional de Pesquisa - NRF, pela Singapore Land Authority - SLA e pela Autoridade de Desenvolvimento Infocomm de Singapore - IDA, em colaboração com a Dassault Systèmes.

"Estamos entrando em uma era de renascimento urbano centrado na qualidade de vida e na eficiência econômica. Nessa era, as experiências são necessárias para abrir novos caminhos de colaboração, discussão, planejamento e, finalmente, vida sustentável. A plataforma 3D Experience facilita a vida na comunidade em níveis comerciais e individuais, analisando e gerenciando os recursos e os serviços da cidade e simulando virtualmente os possíveis cenários de logística e infraestrutura, servindo também como um portal de informações ou um mercado virtual", afirma Dominique Florack, Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento da Dassault Systèmes.

Bloco K exige mais atenção a partir de janeiro de 2017

10/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



Contadores acompanham com atenção a obrigatoriedade do Bloco K no âmbito do Sped.

Contadores acompanham com atenção a obrigatoriedade do Bloco K no âmbito do Sped, instituída pelo governo federal, através do Decreto 6.022/2007, para estabelecimentos industriais, ou a eles equiparados, e atacadistas.

Para essas empresas, será obrigatória a escrituração do Bloco K no Sped Fiscal, a partir de janeiro de 2017, conforme Ajuste Sinief nº 8, de outubro de 2015, contendo as informações de movimentação de estoques e da produção. Inicialmente, todas as indústrias estariam obrigadas a apresentar o Bloco K a partir de 1 de janeiro de 2016.

Entretanto, esse prazo terá de ser observado somente pelas empresas com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300 milhões e pelas pessoas jurídicas habilitadas no Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof).

A nova regra ainda determina que as indústrias com faturamento igual ou superior a R\$ 78 milhões ficarão obrigadas ao Bloco K somente a partir de 1 de janeiro de 2018. Para outras empresas e comerciantes atacadistas, a exigência valerá a partir de 1 de janeiro de 2019.

Como toda novidade contábil gera um pouco de preocupação por parte das empresas, diante da demanda de responsabilidades e das penalidades envolvidas, é indispensável se atualizar sobre os processos que serão informados e as características que deverão ser aplicadas ao Bloco K.

Em caso de omissão de informações em meio magnético ou a sua entrega em condições que impossibilitem a leitura e tratamento e/ou com dados incompletos, correspondente ao controle de estoque e/ou registro de inventário, a multa é o equivalente a 1% do valor do estoque no final do período conforme prevê o artigo 527, inciso VIII "Z" do Ricms/SP.

O consultor tributário da Moore Stephens Auditores e Consultores Rafael Bueno de Camargo garante que a gestão da empresa e os seus controles de estoque terão a oportunidade de se aperfeiçoarem, já que a nova exigência deve obrigar o contribuinte a aprimorá-los.

"A produção deverá abrir informações sigilosas, o que exige atenção, caso a caso. A ficha técnica padronizada, registrada no Bloco K, por exemplo, deverá informar o consumo específico padronizado e a perda normal para se produzir uma unidade de produto", destaca Camargo.

JC Contabilidade – Mas o que realmente será mudado com as novas informações do Bloco K?

Rafael Bueno de Camargo – A atuação da fiscalização passará a ter um amplo acesso com as novas informações das empresas, facilitando as informações de cruzamento de saldos com toda a parte de inventário da companhia.

A Receita Federal do Brasil terá registradas no Bloco K as quantidades produzidas a partir das informações do estoque das empresas, contemplando os insumos adquiridos em cada operação de produto acabado, a projeção de estoque de matéria-prima e de produto acabado, e ainda informações de industrialização efetuada por terceiros.

A multa pelo não fornecimento de informações relacionadas ao Bloco K ou sua entrega com dados incompletos pode chegar a 1% do valor total do estoque no período.

Resumindo, o Bloco K está gerando riscos, desafios e oportunidades para as empresas, que a partir de então, precisarão elaborar um planejamento de qualificação para a equipe de profissionais responsável pelas áreas fiscal e contábil.

Contabilidade – Quais as principais informações que serão cobradas no Bloco K?

Camargo – As principais informações do bloco K serão informar a quantidade produzida, a quantidade de materiais consumida, a quantidade produzida em terceiros, a quantidade de materiais consumida na produção em terceiros.

Todas as movimentações internas de estoque que não estejam diretamente relacionadas à produção. A posição de estoque de todos os seus produtos acabados, semiacabados e matérias-primas, separando materiais de propriedade da empresa e em seu poder, materiais de propriedade da empresa e em poder de terceiros, materiais de propriedade de terceiros em poder da empresa.

Contabilidade – A que pontos os empresários devem ficar atentos na hora de escolher o sistema de gestão a ser implantado?

Camargo – Investir em um sistema de Programação e Controle da Produção (PCP) ou de Planejamento, Programação e Controle da Produção (PPCP) é a solução para evitar problemas com o Fisco e gerir sua empresa de forma eficaz.

Contabilidade – Sobre que processos que serão informados e características a serem aplicadas ao Bloco K os profissionais devem se informar?

Camargo – Primeiramente, é necessário analisar e planejar detalhadamente a adequação dos seus processos de gestão da produção às exigências do fisco, seguindo os seguintes passos: estudar todos os requisitos do Bloco K, mapear cada detalhe dos processos de industrialização, terceirização e estocagem, avaliar o software que irá adotar para atender às exigências, contratar uma empresa especializada para ajudar a sua empresa a entender essas novas exigências e se preparar para o Bloco K, preparar e treinar sua equipe interna na operação e nos registros de informações, fazer testes para confirmar se as informações coletadas no sistema correspondem à realidade.

Contabilidade – Qual o objetivo da RFB com a implantação do Bloco K?

Camargo – A Receita Federal do Brasil tem o objetivo de identificar e controlar as movimentações (entradas/saídas/perdas) de insumos e produtos, em um determinado período no processo produtivo das empresas, bem como seus saldos em estoque.

Contabilidade – Como esse controle pode colaborar na gestão empresarial?

Camargo – O controle do Bloco K poderá colaborar de forma eficiente com as movimentações de entradas e saídas no estoque da empresa. Neste sentido, a empresa poderá ter um controle maior sobre as suas operações de estoque, evitando erros sobre as operações, e possuir um controle.

Cinco em cada 10 profissionais optariam por ser empreendedor

10/08/2016 – Fonte: Portal Contábil

Levantamento da Catho, divulgado ontem, revela que abrir o próprio negócio já era uma das opções mais cogitadas pelos profissionais sobre o que fazer após encerrar suas atividades no mercado de trabalho, quando a recessão econômica ganhou força.

Conforme a Pesquisa dos Profissionais Brasileiros da recrutadora, realizada no ano passado, 50,10%, dos 23.011 entrevistados (dos quais 54,2% estavam empregados; sendo que 29,7% são de grandes empresas no País), apontaram esse perfil empreendedor.

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria das pessoas que trabalhavam por conta própria alcançou 22,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em junho deste ano, patamar praticamente estável na comparação com os três meses até março de 2016.

Mas com relação ao acumulado de abril a junho de 2015, houve aumento de 3,9%, um acréscimo de 857 mil pessoas nessa condição. Este resultado demonstra que o aumento do desemprego no País já impulsionou as pessoas optarem por ter seu próprio negócio – taxa de desocupação foi estimada em 11,3% pelo IBGE.

Por outro lado, o estudo mostrou que, para outros 20,20% entrevistados pela Catho, a preferência era por atuar como consultor independente. Contudo, houve uma alta deste quesito se comparado a 2014 – quando atingiu 18,4%.

Ainda dos mais de 20 mil consultados em todo o País, 15% pensavam em trabalhar como autônomos, o que mostra que a preferência pela modalidade permaneceu igual, se comparado com dados de 2014, conforme a Catho.

Houve, entretanto, um pequeno aumento no percentual de pessoas que pretendem se aposentar e não trabalhar mais (de 6,8% para 7%). Apenas 1,60% dos entrevistados pela recrutadora disseram que não pretendem fazer nada após encerrar a carreira, o que permaneceu igual se comparado à pesquisa de 2014.

A pesquisa revelou também a idade em que os profissionais pretendem deixar o mercado de trabalho. De acordo com o estudo, a faixa etária média em que a maior parte pensa em se aposentar é dos 60 aos 69 anos de idade.

Em contraponto, 20,2% dos entrevistados afirmaram que pretendem parar de trabalhar com 75 anos ou mais, o que mostra uma pequena diferença com relação à pesquisa de 2014 (18,6%). Já, uma pequena parcela dos respondentes (4,1%) pensaram em encerrar suas atividades antes dos 50 anos, o que em 2014 representava um percentual de 5,2%.

Mais municípios estão comprando dos pequenos

10/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



O número de cidades que realizou licitações de até R\$ 80 mil exclusivamente com micro e pequenas empresas passou de 831, em 2013, para 1.736, em 2016

Em apenas três anos, o número de municípios que realizam licitações até R\$ 80 mil exclusivamente com micro e pequenas empresas teve um incremento de cerca de 102%, passando de 831 cidades, em 2013, para 1.736, em 2016.

Esse avanço teve como um dos estimuladores a parceria que o Sebrae e o Instituto Rui Barbosa (IRB) – instituição ligada aos tribunais de conta – firmaram em 2013, para impulsionar a adoção da norma que dá tratamento diferenciado aos pequenos negócios.

Desde que foi implementado, o Projeto Prosperar conseguiu colocar em prática o tratamento diferenciado que deve ser dado às micro e pequenas empresas em mais de 55% dos municípios brasileiros.

“Entre 2013 e este ano, dobrou o número de municípios que realizam licitações até R\$ 80 mil exclusivas com empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano”, afirma Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae.

Nesse mesmo período, também teve uma ampliação de mais de 261% no número de cidades que implementaram a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Em 2013, eram 850, hoje já são 3.070.

Além da obrigatoriedade da participação dos pequenos negócios nas licitações até R\$ 80 mil, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa também prevê que os órgãos governamentais podem pagar até 10% acima do melhor preço por produtos e serviços que são oferecidos por empresas locais.

Nos certames de bens de natureza divisível, é obrigatória a divisão em lotes de 25% exclusivos para as empresas de pequeno porte.

O Prosperar foi criado com o objetivo de sensibilizar os gestores municipais sobre a importância de implementar os mecanismos previstos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que contém instrumentos fundamentais para que o poder público local ofereça tratamento diferenciado aos pequenos negócios existentes no município, na aquisição de produtos e na contratação de serviços.

"Quando uma prefeitura compra dos pequenos negócios de sua localidade, ela gera mais dinheiro e desenvolvimento para o município. Isso ajuda a movimentar a economia local e promover o desenvolvimento econômico e social", diz Afif.

Artigo: Ad gustum

10/08/2016 – Fonte: Folha de S.Paulo

Um dos aspectos mais deploráveis das discussões sobre a tragédia que atingiu a sociedade brasileira é a crítica "ad gustum" que tira prazer em fulanizar a sua autoria. Nem o ataque furibundo ao governo afastado nem a defesa enfadonha e repetitiva de seus correligionários têm grande relevância.

Procura-se negar, com argumentos inverossímeis: 1º) que não houve a aprovação de despesas antes que o Congresso autorizasse a alteração da "meta" com a justificativa que ela "seria anual", o que encerra um absurdo, uma vez que tínhamos a meta "não vinculante" e 2º) afirma-se que as chamadas "pedaladas" sempre existiram, mas se ignora a especificidade e a dimensão das praticadas em 2014 e 2015, quando, de fato, caracterizaram empréstimos de bancos públicos para o Tesouro nacional, operação incestuosa expressamente proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois de uma boa administração em 2011, o governo desandou num voluntarismo insensato que destruiu a confiança do setor privado. A desagradável verdade é que, depois da reeleição, ele perdeu o voto dos eleitores que enganara no processo eleitoral. Com uma campanha "trilionária" e agressiva, escondeu a real situação social e econômica do país.

Fez mais. Adotou como seu o programa econômico do adversário que criticara, sem dar a menor explicação à sociedade. Como consequência, no início de 2015 perdeu o seu protagonismo, ao mesmo tempo em que colheu os frutos amargos da recessão que se iniciara em 2014.

Os resultados sociais e econômicos do último quinquênio (2011-2015) revelam o desastre:

- 1º) um aumento do desemprego que agora atinge mais de 11 milhões de trabalhadores;
- 2º) uma regressão na distribuição de renda;
- 3º) uma estagnação do PIB total, mas uma queda de 4% no PIB per capita;
- 3º) uma taxa de inflação de 40%, quando a meta era de 25%;
- 4º) um deficit acumulado em conta corrente que somou quase US\$ 400 bilhões e destruiu o setor industrial;
- 5º) um deficit fiscal de 6% em 2014 e 10% em 2015;
- 6º) um aumento da relação dívida bruta/PIB de 52% para 66% e, por fim, mas não por último,
- 7º) a perda do "rating" soberano que havíamos obtido em 2011!

Como chegamos a esse resultado é sabido, mas quanto antes reduzirmos as incertezas que naturalmente cercam a interinidade do poder, mais cedo teremos condições de corrigi-lo.

Sem apelar para qualquer julgamento de valor, parece claro que as condições objetivas que estamos vivendo mostram que não há a menor probabilidade de que o governo afastado possa recuperar o mínimo de operacionalidade para fazê-lo.

(Delfim Netto-Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Impasse aproxima Odebrecht Óleo e Gás da recuperação judicial

10/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Petrobras pediu para que a Odebrecht Óleo e Gás (OOG) paralise quatro de seis sondas de perfuração que estão em atividade, um movimento da petroleira estatal que pode levar a fornecedora de equipamentos a pedir recuperação judicial, segundo duas fontes a par do assunto.

Bancos e investidores da OOG acompanham a situação com preocupação. As partes já tinham avançado num reescalonamento do calendário de pagamentos de juros da OOG desde que a Petrobras cancelou o contrato do navio-sonda ODN Tay IV, uma das quatro plataformas que garantem bônus da empresa, em setembro passado.

Mas a solicitação da petroleira agrava a situação da fornecedora, que tem na estatal sua única cliente na área de perfuração, segundo as fontes.

Divisão da maior empreiteira do país na área de petróleo e gás, a OOG tinha cerca de US\$ 5 bilhões em dívida no mercado, com a maior parte do montante vencendo até 2022.

Do total, cerca de US\$ 2 bilhões estão com bancos e o restante nas mãos de outros investidores, segundo documento da própria OOG divulgado mais cedo neste ano, referente a 2015.

A Petrobras, cujo plano de investimento foi reduzido drasticamente na esteira da queda do petróleo e do escândalo de corrupção, não pode suspender unilateralmente a atividade das sondas, cujos contratos terminam entre 2021 e 2022.

E por isso está pedindo pela paralisação dos serviços, que teria como consequência uma diminuição dos pagamentos. De outro lado, a OOG tem preferido encontrar uma solução negociada, visando evitar maiores quedas em suas receitas.

Segundo uma fonte com conhecimento direto do assunto, o prazo da eventual paralisação das plataformas é um dos principais pontos de impasse.

Com a percepção de que o preço internacional do petróleo não deve voltar ao patamar de 100 dólares o barril por vários anos, a Petrobras quer uma parada total de quatro das seis sondas da OOG por um período de cerca de dois anos.

A paralisação total de uma sonda, operação chamada no jargão do mercado de parada fria, reduz fortemente seu custo de manutenção. Essa opção faz sentido para a Petrobras, que tem feito sucessivos cortes em seu plano de investimentos, como parte da adaptação à realidade adversa do mercado.

Como uma das consequências desse movimento da Petrobras, a Sete Brasil, criada para fretar sondas para a estatal, pediu recuperação judicial em abril.

Uma suspensão mais permanente das plataformas da OOG teria como um dos desdobramentos a suspensão de mão de obra treinada que, numa recontração futura, também levaria mais tempo de preparação para entrar em atividade.

Por isso, a OOG quer uma parada parcial, a parada quente, o que manteria as plataformas numa condição semi-ativa, situação que facilitaria uma retomada das atividades, mas que também tem um custo de manutenção maior, de acordo com uma das fontes.

Uma sonda da OOG em atividade custa diariamente cerca de US\$ 350 mil. A atividade de perfuração responde hoje por mais de metade das receitas da OOG.

A situação da companhia é difícil desde que a Justiça proibiu a OOG de participar de licitações da Petrobras, devido ao envolvimento da holding Odebrecht no escândalo de corrupção envolvendo grandes empreiteiras e a própria Petrobras investigado pela operação Lava Jato.

O efeito prático mais imediato dessa medida foi tirar da OOG a chance de participar em licitações para manutenção de plataformas da estatal, um dos serviços prestados pela fornecedora. Esses contratos têm duração mais curta, em torno de dois anos.

Diferentemente da área de perfuração, a de manutenção praticamente não consome capital e é um setor que garante algum fluxo de caixa para a empresa. Com isso, a OOG deixou de renovar os contratos de cerca de 2 mil funcionários da área desde dezembro.

A OOG chegou a obter uma liminar para continuar a participar de licitações da Petrobras, mas ela foi revogada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no mês passado.

Na holding Odebrecht, a situação da OOG virou o assunto mais urgente a ser resolvido, após no mês passado ter feito uma capitalização de R\$ 6 bilhões na Odebrecht Agroindustrial, seu braço de produção e venda de etanol, açúcar e energia elétrica produzida por cogeração, operação que teve como garantia ações que detém na petroquímica Braskem.

A holding, cujo então presidente Marcelo Odebrecht foi preso há mais de um ano dentro da Lava Jato, tem negado informações veiculadas na mídia de que estaria próxima de pedir recuperação judicial de todo o conglomerado.

Usar esse caminho, mesmo que apenas para a OOG, poderia ampliar dúvidas de investidores de que o recurso também poderia contaminar outras empresas do grupo. Alternativas estão sendo consideradas para manter a empresa funcionando, disse uma das fontes.

Do lado dos bancos, eles querem convencer a OOG a evitar pedir recuperação judicial, já que isso os forçaria a fazer mais provisões para perdas com calotes, isso depois já terem provisionado bilhões após Sete Brasil e a operadora de telecomunicações Oi, esta em junho, terem optado por esse caminho.

Consultada, a OOG afirmou que não iria se pronunciar sobre o assunto. A Petrobras afirmou que "continua adequando sua frota de sondas aos novos níveis de demanda" e que segue "buscando reduzir custos através de negociações com os fornecedores".

Aneel suspende até fim de setembro cobrança bilionária da Eletrobras

10/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira a suspensão até 30 de setembro de uma cobrança de mais de R\$ 2 bilhões da Eletrobras.

A estatal foi condenada em maio a pagar o montante devido a irregularidades apontadas na gestão de um fundo de recursos do setor elétrico.

A Eletrobras alegou que a Lei nº13.299, sancionada em junho, deu espaço para que ela deixe quitar imediatamente a os valores. A lei, resultante da conversão da Medida Provisória 706/15, contém um trecho que autoriza da Eletrobras a restituir eventuais valores retidos de fundos setoriais "até o ano de 2026".

A Aneel vai agora avaliar em maiores detalhes o pleito da Eletrobras, que originalmente precisaria devolver os recursos bilionários ao fundo setorial ainda neste mês.

A decisão da agência, em medida cautelar, foi tomada durante reunião semanal da diretoria colegiada em Brasília.

Veto a incentivo trava novas obras de saneamento básico no Brasil

10/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente interino, Michel Temer, vetou um subsídio destinado ao setor de saneamento básico que poderia adicionar R\$ 2 bilhões por ano para construção de novas obras de água e esgoto.

O país tem um plano para universalizar o saneamento básico a partir de 2033, mas sua execução está atrasada e, pelo andamento até 2015, poderá demorar 20 anos além do previsto, de acordo com estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Dos domicílios do país, 40% ainda não são atendidos por rede de esgoto. Nos Estados do Norte e do Nordeste, esse índice chega a 70%.

Projeto de lei apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP), agora ministro das Relações Exteriores do governo interino, aprovado pelo Congresso no ano passado, criou um plano de incentivo ao saneamento. Um artigo da proposta previa desconto na alíquota de PIS/Cofins cobrada de empresas de saneamento em troca de obras novas no setor nos próximos dez anos.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento recomendaram a Temer o veto deste artigo. O argumento foi a perda de receita sem determinação de outra fonte para compensação, além de problemas técnicos que levaram à não incorporação do projeto na previsão orçamentária para este ano. Com o veto, no entanto, o plano se tornou inviável.

Em 2007, o Congresso aprovou projeto de lei com texto semelhante, e ele também foi vetado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com os mesmos argumentos.

Para o advogado Gustavo Magalhães, especialista no setor de saneamento, o governo levou em consideração apenas a perda de arrecadação ao vetar a criação do subsídio.

"O projeto não foi tratado como um incentivo. Para carro, geladeira não teve veto. Isso é investimento em saúde, porque uma série de doenças é causada pela falta de saneamento", afirmou.

As informações oficiais mais recentes sobre investimentos no setor apontam que o país vinha gastando cerca de R\$ 10 bilhões por ano no setor, em média, até 2015.

Esses valores já não seriam suficientes para alcançar as metas do plano de universalização: 2023, no caso dos serviços de água (100%), e 2033, para esgoto (cerca de 90%). Mantidos os R\$ 10 bilhões, em média, o atraso para alcançar as metas seria de 20 anos.

Mas em 2015 os investimentos no setor caíram. Com o subsídio previsto no projeto aprovado pelo Congresso, a expectativa era que as empresas de saneamento pudessem investir recursos destinados aos dois tributos federais em obras novas a serem realizadas nos próximos dez anos.

Ilana Ferreira, analista de políticas e indústria da CNI, afirma que são necessários R\$ 14 bilhões por ano para investimentos em saneamento.

Apesar do veto do presidente interino ao incentivo proposto por Serra, a parte da lei que cria o programa de investimentos no setor e suas metas foi mantida. Para Ilana, isso permite que o regime tributário do setor seja revisto e o subsídio vetado seja recriado.

"Há estudos mostrando que R\$ 1 investido em saneamento economiza R\$ 4 em outros setores", disse Ilana, lembrando que o veto não levou em conta outros impactos na arrecadação, como o aumento do volume de obras e empregos, por exemplo.

Questionada pela Folha, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto não se manifestou sobre o veto.

229 mil pedidos de patente aguardam análise no INPI

10/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, deixou claro na segunda-feira, 8, que está insatisfeito com o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), que cuida da liberação de patentes no Brasil.

Ele explicou que, hoje, a aprovação de uma marca leva mais de três anos, enquanto para uma patente o prazo médio é de dez anos. Segundo ele, o INPI vive um problema gravíssimo de falta de pessoal.

O órgão equivalente nos EUA tem 10 mil funcionários, na Europa tem 4,2 mil e, no Brasil, são apenas 229. "Recebemos quase 30 mil pedidos de patente por ano, estamos entre os dez maiores do mundo nesse quesito, mas temos um passivo de 229 mil pedidos que ainda esperam para serem analisados", diz.

A crise no INPI, segundo o ministro, deve-se ao baixo orçamento. O órgão arrecada R\$ 338 milhões por ano. Desse total, porém, apenas R\$ 130 milhões foram repassados ao instituto este ano. O ministro defende que esse repasse seja de no mínimo 60%.

Peritos do INSS têm 15 dias para aderir a programa de revisão de benefícios

10/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

Os peritos médicos interessados em participar da força-tarefa de revisão dos benefícios auxílio-doença e aposentadoria por invalidez têm 15 dias para assinar termo de adesão ao programa.

A informação está em resolução do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que institui o 'Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade' e estabelece regras para os peritos. Na semana passada, o governo divulgou os critérios de convocação dos beneficiários que passarão pela reavaliação.

A resolução de hoje reafirma que são alvo das novas perícias segurados desses dois benefícios mantidos pelo INSS há mais de dois anos. Também confirma que os peritos participantes do programa receberão bônus de R\$ 60 por perícia.

"Todos os peritos médicos previdenciários ativos e sem impedimentos de atendimento ao público poderão optar por participar deste programa, inclusive os peritos médicos previdenciários em cargos de gestão lotados nas gerências executivas", diz o texto.

No âmbito da revisão, cada perito poderá realizar até quatro perícias por dia útil ou até 20 perícias em dias não úteis.

No mês passado, o governo anunciou um pente-fino nesses benefícios. Em um prazo de até dois anos, espera-se reavaliar 1,7 milhão de seguros. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, pasta à qual o INSS agora está vinculado, o gasto anual do governo com pessoas que se enquadram no grupo dessas revisões é de R\$ 7,5 bilhões, no caso do auxílio-doença, e de R\$ 20 bilhões com a aposentadoria por invalidez. Com a revisão, a expectativa é obter uma economia aproximada de R\$ 7 bilhões por ano.

Inadimplência do brasileiro segue ainda sem rumo

10/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

A combinação de juros elevados, inflação alta e crescimento do desemprego é terreno fértil para a expansão da inadimplência. Miguel José de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), diz que a curto prazo o cenário para o indicador não será alterado e há perspectiva de aumento do desemprego; por isso a inadimplência deve crescer, mas não disparar.

O freio, na opinião do executivo, será adotado pela maior flexibilidade dos bancos para renegociar, rolando as dívidas. "O crescimento da inadimplência afeta o resultado das instituições financeiras e as provisões que devem ser feitas, por isso os bancos se mostram mais abertos para fazer a recomposição da dívida."

Considerando-se as contas vencidas há mais de 90 dias, a Anefac projeta para o fim do ano, inadimplência de 6% para pessoa física. A desaceleração da atividade econômica tem deixado os consumidores em apuros para quitar dívidas.

Em julho, segundo dados da Boa Vista SCPC, a taxa subiu 4,9% em relação ao mês anterior. Na comparação com julho do ano passado, houve baixa de 4,3%. No entanto, ascendendo o alerta para a deterioração do mercado de trabalho que compromete a renda, nos sete primeiros meses do ano o percentual cresceu 2,5% frente igual período do ano passado.

O indicador de registro de inadimplência é elaborado a partir da quantidade de novos registros de dívidas vencidas e não pagas informados à Boa Vista pelas empresas credoras. Na variação mensal, o maior aumento na inadimplência foi registrado no Nordeste, de 11,9%), seguido do Norte (6,8%), Sudeste (4,5%) e Centro-Oeste (2%).

A única queda foi registrada no Sul, de 1,1%. Mostrando o aperto das famílias, no início da semana o Banco Central anunciou os resultados da caderneta de poupança referente a julho último, com nova redução no volume dos depósitos, bem como no saldo líquido negativo. As retiradas foram maiores do que a captação (depósitos) em R\$ 1,1 bilhão. Foi o sétimo resultado negativo consecutivo.

Segundo os economistas da Serasa, empresa de serviços financeiros e consultoria, a deterioração do mercado de trabalho e a inflação em patamares elevados têm contribuído para piora do orçamento das famílias, aumentando o fluxo de inadimplência nos últimos tempos.

"Entretanto, a cautela do consumidor, a fraca atividade econômica e a respectiva diminuição do endividamento das famílias têm agido de modo a compensar esta elevação da inadimplência, resultando em um nível praticamente estável na tendência

do indicador (valores acumulados em 12 meses)”, diz a empresa em relatório. (Com agências)

Secex abre revisão anticircunvenção contra chapas grossas de aço carbono da China

10/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Secex/MDIC) iniciou revisão anticircunvenção para averiguar a existência de práticas comerciais que tentam frustrar a eficácia de direito antidumping aplicado em 2013 às importações brasileiras de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo (chapas grossas) vindas da China.

De acordo com circular publicada no Diário Oficial da União (DOU), a análise das supostas práticas comerciais desleais considerou o período de abril de 2013 a março de 2016 e abrangeu tanto as importações de chapas grossas quanto de chapas grossas com adição de cromo e de titânio originárias ou procedentes da China.

O direito antidumping contra os produtos da China foi aplicado em outubro de 2013 sob a alíquota de US\$ 211,56/t. A revisão anticircunvenção desse caso foi aberta pela Secex com base em petição feita pela Usiminas em maio deste ano.

Inflação de julho sobe 0,52% em junho. Nos últimos 12 meses chega a 8,74%

10/08/2016 – Fonte: R7



A inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fechou julho com alta de 0,52%, ante uma variação de 0,35% em junho, informou nesta quarta-feira, 10, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que iam de uma taxa de 0,32% a 0,60%, com mediana de 0,45%. A taxa acumulada no ano ficou em 4,96% até o fim de julho.

Em 12 meses, o resultado ficou em 8,74%, resultado ainda muito acima do teto da meta estipulada pelo governo, de 6,5%. A taxa veio acima do teto do intervalo das estimativas, captadas pelo Projeções Broadcast (de 8,52% a 8,70%).

Com 65% de participação no IPCA do mês, o grupo alimentação e bebidas registrou a mais elevada variação para os meses de julho desde 2000, quando a alta atingiu 1,78%.

Alimentos

Em julho de 2016, inflação de alimentos e bebidas chegou a 1,32%. Na região metropolitana de Vitória, os preços chegaram a subir 2,06%, seguida por Goiânia, com 1,85% e Belo Horizonte, com 1,61%.

Em julho, a liderança no ranking das principais contribuições individuais, com 0,19 p.p., foi para o leite, cujos preços aumentaram 17,58%.

Em quatro das treze regiões pesquisadas, o litro do leite chegou a apresentar alta superior a 20%: Belo Horizonte (23,02%), Rio de Janeiro (22,47%), Brasília (21,76%) e Vitória (21,76%).

O feijão-carioca veio na segunda colocação, com alta de 32,42% e impacto de 0,13 p.p..

Em Curitiba e São Paulo, o preço do quilo chegou a subir 45,20% e 43,98%, respectivamente. O feijão-preto também subiu, passando a custar, em média, 41,59% a mais, enquanto o mulatinho ficou 18,89% mais caro e o fradinho, 14,72%.

Além dos expressivos aumentos dos feijões, o arroz também se destaca, com preços elevados em 4,68% na média, atingindo 8,27% em Goiânia, 7,49% em Fortaleza e 6,84% em Belém.

Usiminas visa geração de caixa de ao menos R\$1,2 bi em 2017 para bancar dívida e investimentos

10/08/2016 – Fonte: R7

A Usiminas informou nesta segunda-feira que está trabalhando para alcançar um resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de 1,2 bilhão de reais no mínimo em 2017 para fazer frente a obrigações financeiras e investimentos.

A companhia afirmou ainda em comunicado ao mercado que tem como meta alcançar Ebitda de pelo menos 2 bilhões de reais a partir de 2019.

"A Usiminas ressalta, ainda, que os valores não constituem projeções da companhia, mas apenas metas gerenciais internas que sua administração está trabalhando para atingir", afirmou a empresa em comunicado ao mercado.

A Usiminas teve em 2015 Ebitda negativo em 2,32 bilhões de reais, ante resultado positivo de 1,86 bilhões em 2014.

A maior produtora de aços planos do país em capacidade instalada do país teve prejuízo líquido de 123 milhões de reais no segundo trimestre, sobre resultado negativo de 151 milhões apurado entre abril e junho do ano de 2015.

Gerdau tem queda de 30,6% no lucro do 2º trimestre

10/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

O grupo siderúrgico Gerdau teve lucro líquido de 184 milhões de reais no segundo trimestre, uma queda de 30,6 por cento sobre o resultado obtido um ano antes, mas forte avanço sobre o desempenho dos três primeiros meses de 2016.

A companhia teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 1,2 bilhão de reais, ligeiramente acima do registrado um ano antes.

Bridgestone investirá até R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos

10/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

A Bridgestone, uma das maiores empresas de pneus do mundo, vai investir entre R\$ 450 milhões e R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos. Em entrevista ao GLOBO, o presidente da companhia no país, Fabio Fossen, adianta que esse valor será destinado à criação de novos produtos e à ampliação de parte de suas quatro fábricas.

O primeiro passo é o lançamento no próximo mês de um pneu chamado Ecopia, que permite a redução de até 3% no consumo de combustível devido ao uso de uma borracha específica que reduz a temperatura do material.

O objetivo do novo produto tem relação direta com a atual crise econômica, já que o consumidor vem sofrendo com a queda no emprego e a redução na renda. Enquanto isso, a companhia vem investindo na ampliação fabril para aumentar as exportações.

— Os lançamentos estão ligados à questão da produtividade. A crise está afetando toda a indústria. A produção de veículos voltou ao nível de 2006. Com isso, os consumidores passaram a fazer mais manutenção de seus carros.

Mas agora a crise também chegou nesse segmento de reposição, que este ano deve ter queda de 2% a 3% nas vendas, após crescer entre 1% e 2% em 2015. As pessoas estão perdendo o emprego e estão vendendo os carros. Mas temos que acreditar na retomada da economia. Por isso, estamos investindo — disse Fossen, destacando que a companhia tem 3.700 funcionários.

A empresa, dona ainda da marca Firestone, no entanto, já prevê uma retomada para o setor de carga (caminhões). Segundo Fossen, esse segmento já começa a mostrar sinais de crescimento, com alta de 1% a 1,5% nas vendas entre junho e julho.

Segundo ele, esse movimento já é um sinal positivo, já que o setor vinha oscilando entre quedas e altas, sem um movimento definido. O cenário é o oposto do setor agrícola, por exemplo, no qual a companhia também fornece pneus.

— Os agricultores estão cortando custos. O setor está esperando para ver até onde vai a crise. O aumento das taxas do Finame (linha de financiamento para máquina do BNDES) também contribuiu. Há muita incerteza. E isso é pior, pois dependemos de toda uma cadeia para vender.

O nosso principal mercado são os setores de carga e passageiros. Para 2016, com a reação do setor de carga, podemos ter um crescimento de 2% a 3%. O mercado de passageiros só deve começar a reagir em meados de 2017 — antecipa Fossen.

Enquanto isso, a companhia mira no mercado exterior. A empresa, com sede no Japão, vai reativar uma linha de produção na sua fábrica de Santo André, em São Paulo, no próximo ano para exportação.

O restabelecimento da linha, que havia sido paralisada devido à crise, vai implicar na contratação de cerca de 200 funcionários, que haviam sido cortados.

A unidade de Camaçari, na Bahia, também acabou de passar por uma ampliação justamente para atender aos Estados Unidos, Europa e América Latina. Com isso, a capacidade da unidade baiana passou de sete mil para dez mil pneus por dia.

— É uma ferramenta para passar pela crise. Mas o nosso mercado prioritário é atender ao mercado doméstico. Hoje, todo nosso esforço é em aumentar a produtividade, seja pulando algumas etapas durante o processo fabril para reduzir o consumo de energia.

Nos Estados Unidos, por exemplo, estamos tentando extrair borracha de uma nova planta.

Entre as quatro maiores marcas no segmento para carros de passageiros no país, ao lado de Pirelli, Goodyear e Continental, a Bridgestone vai ampliar os investimentos em marketing no Brasil.

Segundo Fossen, a companhia assinou contrato com o Comitê Olímpico Internacional, para patrocinar os Jogos Olímpicos até 2022. A estratégia começou com a Olimpíada do Rio.

— Estamos construindo uma plataforma de comunicação para a marca.

Rio Tinto e BHP atacam proposta para nova taxa de mineração na Austrália

10/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

As gigantes da mineração Rio Tinto e BHP Billiton emitiram comunicados nesta terça-feira atacando propostas para uma nova taxa de mineração como sendo danosas e injustas.

Brendon Grylls, líder do Partido Nacional no oeste da Austrália, propôs um imposto para o minério de ferro de 5 dólares australianos por tonelada, que impactaria diretamente a BHP e a Rio.

"Nós não entendemos porque uma proposta que é tão discriminatória e antieconômica seria mirada em duas companhias", disse a BHP em comunicado. "Mineradores no oeste da Austrália estão operando em um mercado internacional e nós temos de ser capazes de competir ou vamos perder participação no mercado."

O comunicado diz também que a BHP Billiton havia pago 65 bilhões de dólares em taxas e royalties na Austrália ao longo dos 10 últimos anos, incluindo 10,6 bilhões de dólares em royalties para o governo do oeste da Austrália.

Além disso, a companhia disse que investiu mais de 25 bilhões de dólares no Pilbara no oeste da Austrália ao longo da última década.

Separadamente, a Rio Tinto disse que também é uma das maiores contribuintes corporativas da Austrália e que pagou quase 11 bilhões de dólares em royalties para o governo do oeste do país desde 2010, em cima do gasto de 52 bilhões de dólares em bens e serviços locais ao longo do mesmo período.

Taxa média do cheque especial sobe para 13,52% ao mês, diz Procon-SP

10/08/2016 – Fonte: G1

A taxa média cobrada pelos bancos no cheque especial aumentou 0,06 ponto percentual em agosto, de 13,46% para 13,52% ao mês, segundo pesquisa divulgada nesta terça-feira pelo Procon-SP. Já a taxa média cobrada no empréstimo pessoal se manteve em 6,56% ao mês.

A pesquisa avalia as taxas cobradas por sete instituições financeiras. Entre elas, três subiram a taxa do cheque especial em agosto, sendo o maior aumento o do Banco do Brasil, que subiu a taxa de 12,61% para 12,83% ao mês.

As outras altas foram verificadas no Bradesco (de 12,99% para 13,15%) e na Caixa Econômica Federal (de 12,88% para 12,93%). Os demais bancos mantiveram sua taxa de cheque especial.

Nenhuma instituição aumentou a taxa do empréstimo pessoal. Veja abaixo as taxas cobradas por cada banco ao mês:

Banco	Cheque especial	Empréstimo pessoal
Santander	15,49%	8,49%
HSBC	14,67%	7,3%

Banco	Cheque especial	Empréstimo pessoal
Bradesco	13,15%	6,67%
Itaú	12,95%	6,43%
Caixa	12,93%	5,5%
Banco do Brasil	12,83%	5,6%
Safra	12,6%	5,9%

Cobre opera em alta, favorecido por dólar fraco

10/08/2016 – Fonte: isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em alta nesta manhã, sustentados pela desvalorização do dólar ante várias outras moedas.

Por volta das 7h35 (de Brasília), o contrato para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) avançava 0,7%, a US\$ 4.809,00 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para entrega em setembro tinha alta de 1,4%, a US\$ 2,1800 por libra-peso, às 8h (de Brasília).

O chamado índice do dólar WSJ se enfraquece nos negócios da manhã, tornando o cobre mais atraente para detentores de outras divisas.

O dólar mostra tendência de queda desde ontem, após a publicação de dados trimestrais fracos sobre produtividade de mão de obra nos EUA.

A recuperação do cobre vem após o metal atingir mínimas em quatro semanas na sessão anterior, em reação a dados chineses que geraram a leitura de que Pequim poderá adiar novos esforços de estímulos monetários. Ainda nesta semana, a China, maior consumidor mundial de cobre, vai divulgar mais indicadores de peso, incluindo a produção industrial e vendas no varejo.

Outros metais básicos na LME também tinham viés positivo. O alumínio para três meses subia 0,5%, a US\$ 1.652,50 por tonelada, enquanto o chumbo aumentava 1,2%, a US\$ 1.829,00 por tonelada, o zinco ganhava 1%, a US\$ 2.296,50 por tonelada, o níquel tinha alta de 0,3%, a US\$ 10.820,00 por tonelada, e o estanho avançava 0,8%, a US\$ 18.570,00 por tonelada.